

USOS E ABUSOS DO CONCEITO DE "PERICULOSIDADE" E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI PENAL: ESTUDO DE CASO

*USES AND ABUSES OF THE CONCEPT OF "DANGEROUSNESS"
AND THE RIGHTS OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN CONFLICT
WITH THE CRIMINAL LAW: A CASE STUDY*

Acesse o QR Code e
veja o comentário da
autora sobre o artigo



CAMILA MAUÉS DOS SANTOS FLAUSINO¹

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
camilamsflausino@gmail.com

DOI: [10.5281/zenodo.14419811].

ÁREAS DO DIREITO: Penal; Constitucional; Direitos Humanos

RESUMO: A partir de estudo de caso único, pretendeu-se avaliar nesta pesquisa como a inefetividade do conjunto normativo assecuratório dos direitos humanos de pessoas com deficiência resultou em violência contra pessoa com essa condição, acusada de ter praticado uma infração penal. Práticas e discursos empreendidos pontualmente pelas instituições jurídicas

ABSTRACT: Based on a single case study, the aim of this research was to assess how the ineffectiveness of the set of regulations guaranteeing the human rights of people with disabilities resulted in violence against a person with this condition, accused of having committed a criminal offense. Practices and discourses undertaken by the legal institutions involved in the case

-
1. Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2018). Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (2020). Defensora Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

ORCID: [https://orcid.org/0000-0002-2295-2817].

Lattes: [http://lattes.cnpq.br/8783288408891303].

E-mail: camilamsflausino@gmail.com.

intervenientes no caso foram analisadas sob a perspectiva analítica da teoria crítica dos direitos humanos referenciada por Joaquín Herrera Flores (2009) e do constitucionalismo multinível. Trata-se de pesquisa exploratória e, quanto à natureza do método, qualitativa. Quanto aos meios empregados, empregou-se além da pesquisa bibliográfica e documental, a técnica de estudo de caso, considerada como recurso promissor a acudir o problema de pesquisa. Ao final, concluiu-se que a audiência de custódia é oportunidade decisiva para conferir efetividade às normas de direitos humanos de pessoas com deficiência em conflito com a lei penal, bem como que a violência resultante da inaplicabilidade normativa decorreu do desempenho das instituições intervenientes, preso à categoria jurídico-penal da "periculosidade", e a urgência de superar o ideário higienista.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos – Constitucionalismo multinível – Deficiência – Inimputabilidade.

were analyzed from the analytical perspective of the critical theory of human rights referenced by Joaquín Herrera Flores (2009) and multilevel constitutionalism. The research was exploratory and qualitative in nature. As for the means employed, in addition to bibliographical and documentary research, the case study technique was used, which was considered to be a promising resource for addressing the research problem. In the end, it was concluded that the preliminary hearing is a decisive opportunity to give effect to the human rights norms of people with disabilities in conflict with the criminal law, as well as that the violence resulting from the inapplicability of the norms was due to the performance of the intervening institutions, tied to the legal-penal category of "dangerousness", and the urgency of overcoming the hygienist ideology.

KEYWORDS: Human rights – Multilevel constitutionalism – Disability – Non-liability.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Percurso metodológico. 3. O caso. 3.1. Primeiro bloco de dados: antes da audiência de custódia. 3.2. Segundo bloco de dados: durante a audiência de custódia. 3.3. Terceiro bloco de dados: entre a audiência de custódia e o recebimento da denúncia. 4. A reinvenção dos direitos humanos no momento punitivo da pós-modernidade. 4.1. Os direitos humanos na sociedade pós-moderna. 4.2. O conteúdo semântico da "periculosidade" e sua incompatibilidade com a ética dos direitos humanos de pessoas com deficiência. 4.2.1. O modelo abstrato de representação do processo indignificante apoiado na categoria normativa da "periculosidade". 4.2.2. Violações à normativa de direitos humanos de pessoas com deficiência incidente no caso. 4.2.3. Apontamentos sobre o caso Ximenes Lopes *versus* Brasil e violência renovada no caso. 4.2.4. O caso e a tutela multinível: por uma dinâmica de aplicabilidade normativa para além das barreiras do âmbito jurídico interno e internacional. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas. 7. Legislação. 8. Jurisprudência.